

A Relação entre o Sistema Tributário e a Desigualdade Social no Brasil e na América Latina: Uma Análise através da Revisão Sistemática de Literatura

TIAGO RIOS BORGES DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

ADRIELE APARECIDA GOMES DE BEM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

THIAGO DE MELO TEIXEIRA DA COSTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecimentos FAPMIG e ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa.

A Relação entre o Sistema Tributário e a Desigualdade Social no Brasil e na América Latina: Uma Análise através da Revisão Sistemática de Literatura

Resumo

A desigualdade social no Brasil e na América Latina é assombrosa, sendo resultado de uma variedade de causas. Nesse contexto, o sistema tributário de um país tem o potencial de mitigar essa injustiça social, sendo inclusive um objetivo constitucional no Brasil reduzir a desigualdade social e promover uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, o sistema tributário brasileiro e de outros países latino-americanos concentram a tributação em impostos indiretos, além de apresentarem outras nuances que contribuem para o agravamento da desigualdade social. Diante dessa realidade, este estudo tem como propósito investigar a relação entre os sistemas de tributação do Brasil e de outros países latino-americanos e a desigualdade social, utilizando a base de dados da Scielo como referência. A metodologia empregada para atingir os objetivos propostos consiste na realização de uma revisão sistemática da literatura com análises do *software* MAXQDA. Assim, nossa intenção é destacar os principais problemas, resultados e conclusões encontrados ao longo da revisão sistemática.

Palavras-chave: tributação, desigualdade social, regressividade, Brasil, América Latina

1. Introdução

A Câmara dos Deputados do Brasil aprovou no dia 7 de julho de 2023, em segundo turno, a reforma tributária PEC 45/2019 por 375 votos a favor e 113 contra. Agora a proposta segue para o Senado onde pode sofrer ainda algumas modificações. O texto prevê a simplificação dos impostos sobre o consumo, o que deixa o sistema tributário menos complexo. Do ponto de vista da promoção de justiça social, desenvolvimento regional e redução das desigualdades sociais, a proposta prevê a criação de fundos para o desenvolvimento regional nas regiões menos desenvolvidas, isenção ou redução de alíquotas para uma nova cesta básica (a ser criada por Lei Complementar) e também para setores de saúde e educação (BRASIL, 2023).

A reforma também prevê a inclusão da cobrança do IPVA para veículos aquáticos, como lanchas e jet skis, além de veículos aéreos, como jatinhos e helicópteros. Além disso, busca-se estabelecer a progressividade do imposto sobre heranças e doações (ITCD), levando em consideração o valor dessas transações. Outra medida significativa é a possibilidade de devolução de parte dos impostos sobre o consumo, por meio do sistema de cashback, direcionado especialmente às pessoas de menor poder aquisitivo. Todas essas mudanças serão regulamentadas por lei, visando promover uma maior equidade no sistema tributário. (BRASIL, 2023).

Os impostos desempenham um papel fundamental como fonte principal de receita para o Estado. Além disso, eles são uma ferramenta eficaz para corrigir as deficiências do mercado e promover a redistribuição de riqueza na sociedade (AGUDELO, 2021). Na arrecadação tributária, um dos principais aspectos a serem considerados é a capacidade contributiva, que nada mais é que fazer do sistema tributário um sistema justo, onde os que ganham mais devem pagar mais e os que ganham menos devem pagar menos ou até ficarem isentos (BRASIL, 1988).

É com os tributos pagos pelos cidadãos que os agentes públicos realizam as políticas públicas, mantém os serviços públicos e faz investimentos (MACHADO, 2019). Nas palavras de Piketty (2014, p.469), “o imposto não é bom nem ruim em si: tudo depende de como é arrecadado e do que se faz com ele”.

Dentre as classificações dos impostos, uma delas, de aspecto econômico, classifica-os em diretos e indiretos, sendo importante mencionar que a principal diferença entre impostos

diretos e indiretos, é que o primeiro considera a renda do contribuinte ou a posse de algum bem como um imóvel ou veículo. Já o imposto indireto é aquele baseado no consumo (FELINTO, 2023).

Ao longo do tempo, o Sistema Tributário Brasileiro se tornou cada vez mais complexo. Após a primeira Constituição, apenas uma grande reforma foi realizada em 1965, durante o governo Castelo Branco. As alterações subsequentes foram pontuais e voltadas para a organização das finanças públicas de curto prazo, sem um projeto abrangente de desenvolvimento de um sistema tributário nacional. A constituição do sistema tributário brasileiro pode ser dividida em duas fases. A primeira fase foi marcada por uma política de arrecadação, enquanto a segunda fase, iniciada com a Constituição de 1988, trouxe vinculações ao financiamento do Estado de Bem-Estar Social (OLIVEIRA, 2021).

A discussão em torno das PECs PEC 45/2019 trouxe de volta o debate sobre a viabilidade de uma reforma tributária no Brasil. No entanto, essa necessidade não é algo recente. O sistema tributário brasileiro tem sido alvo de críticas há décadas devido às suas ineficiências e inconsistências, o que tem levado à constante proposição de novas formas de arrecadação pelo Estado (OLIVEIRA, 2021).

O sistema tributário, estabelecido constitucionalmente, possui uma estrutura institucional complexa que acaba gerando efeitos regressivos para a base da pirâmide social. Isso ocorre devido à isenção de impostos sobre as maiores fontes de riqueza dos mais abastados, como lucros, dividendos e heranças. Como resultado, a carga tributária acaba recaindo de forma desproporcional sobre os indivíduos de menor renda, exacerbando a desigualdade social. (FANDIÑO e KERSTENETZKY, 2019). São mais de trinta anos aguardando a reforma tributária e esse projeto de reforma proposto na PEC 45/2019, modifica principalmente os impostos ligados ao consumo, proporcionando a simplificação, ou descomplexificação do sistema tributário brasileiro, que possui muitos impostos ligados ao consumo.

A característica regressiva do sistema tributário atual é uma das principais questões que afeta a vida de todos os cidadãos, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos. Neste sentido, no caso do Brasil, a PEC 45/2019 aprovada, até então, determina ainda, ao Poder Executivo, encaminhar ao Congresso Nacional, em 180 dias da promulgação da futura emenda constitucional, projeto de lei de reforma da tributação sobre a renda, acompanhado de estimativas e estudos de impactos orçamentários e financeiros (BRASIL, 2023).

O dispositivo estabelece ainda que eventual arrecadação adicional da União com essa reforma da tributação sobre a renda poderá ser usada para compensar a redução da tributação sobre a folha de pagamentos e sobre o consumo de bens e serviços (BRASIL, 2023). Mas é preciso mais, o IGF, imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal de 1988, mas nunca regulamentado, é assunto de vários trabalhos acadêmicos (MORGA E CARVALHO JUNIOR, 2021; NASCIMENTO, 2021; PIKETTY, 2014) e também de propostas legislativas sobre a temática que acabam sucumbindo no Congresso (BRASIL, 2020). O Brasil é um dos pouquíssimos países que não tributa lucros e dividendos e o mais rico entre os poucos a não tributar este tipo de renda (GOBETTI, 2018). Todo este arcabouço ou desenho que estrutura o sistema tributário brasileiro o torna potencializador das desigualdades sociais, quando na verdade deveria ser o contrário, uma vez que os objetivos Constitucionais elencados no artigo terceiro buscam a redução das desigualdades sociais e a promoção de justiça social (BRASIL, 1988).

A desigualdade social é um problema que atinge em maior ou menor grau todos os países do mundo, sendo o Brasil um dos países com altos índices de desigualdade social, assim como seus países vizinhos na América Latina, “essa condição se perpetua através de uma miríade de mecanismos formais (institucionais) e informais (culturais)” (FRAGA

NETO, 2019, p. 613). Desde a crise de 2008 (crise do subprime) as dinâmicas sociais voltaram a dar grande visibilidade às desigualdades, recolocando-as sob intensa atenção pública e analítica, provocando, dessa forma, uma crescente onda de estudos e pesquisas sobre diversos aspectos das desigualdades sociais contemporâneas (COSTA, 2012). Essa crescente onda de investigações se intensificou com o aumento das desigualdades sociais durante a pandemia de Covid-19 (SALLES, 2021) e reflete a necessidade de entender melhor as causas, consequências e possíveis soluções para reduzir a desigualdade.

As desigualdades sociais se manifestam em diversas dimensões, como renda, educação, saúde, acesso a serviços básicos, oportunidades de emprego e participação política. Esses fatores estão interligados e se influenciam mutuamente, criando um ciclo de desigualdade que afeta negativamente a vida das pessoas mais vulneráveis. No contexto brasileiro e latino-americano, uma série de fatores históricos, econômicos e políticos contribuíram para a criação e perpetuação dessas desigualdades. A história da colonização, a divisão do território em capitânicas hereditárias, a abolição tardia da escravidão e as políticas públicas implementadas desde o período colonial até os dias atuais são alguns exemplos desses fatores.

Diante do exposto, questionamos: Quais as principais questões ou problemas dos sistemas tributários do Brasil e de países latino americanos em relação ao contexto da desigualdade social tem se destacado na produção científica?

Para conseguir responder a esta questão, o objetivo desta pesquisa é analisar os trabalhos que relacionam a estrutura do sistema tributário com a desigualdade social no Brasil e países latino americanos, nos últimos cinco anos (2018-2023), de modo a evidenciar os principais problemas encontrados, os países que mais produzem acerca da temática, autores utilizados, área de concentração das pesquisas, revistas onde os trabalhos são publicados, metodologia e métodos utilizados e resultados encontrados, além de visualizar possíveis lacunas existentes.

No Brasil, após um período de cerca de 10 anos em queda, a desigualdade vem aumentando desde 2015, em função de uma recuperação lenta e desigual da forte recessão observada a partir de 2014 (FRAGA NETO, 2019). E neste contexto os governos, Dilma (2014 e 2015), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), optaram por reajustes fiscais - as chamadas políticas de austeridade fiscal, que representam cortes no orçamento público que influem nas políticas públicas sociais, de saúde, de educação e investimentos públicos em infraestrutura (VIEIRA, 2016).

A solução atendeu a políticas fiscais de restrição e austeridade, ao invés de reformas estruturais que fossem capazes de manter ou aumentar o nível de arrecadação e assim dos serviços e políticas públicas e ainda solucionar a questão do sistema tributário regressivo e que gera mais desigualdade. É fundamental a busca por mecanismos para solucionar esse problema, pois a desigualdade social não apenas representa uma violação aos direitos humanos, mas também é algo que pode ser evitado e é moralmente injustificável. (THERBORN, 2010).

2. Metodologia

O presente artigo é de caráter qualitativo e descritivo, e como estratégia de pesquisa utilizou-se a revisão sistemática de literatura (RSL) para alcançar o objetivo de analisar a relação existente entre a desigualdade social e os sistemas tributários. A RSL é caracterizada como estudo que pretende responder a uma questão clara, mediante ao seguimento de um protocolo de pesquisa. Neste método define-se uma estratégia de busca com critérios de inclusão exclusão dos artigos, após esta etapa, é feito uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada, de modo que possibilite identificar, avaliar e interpretar as pesquisas

realizadas sobre um determinado problema de pesquisa, tema ou fenômeno de interesse (MAGEE, 1998; KITCHENHAM, 2004).

Dessa forma, a revisão sistemática da literatura oferece uma abordagem robusta para identificar lacunas de pesquisa, bem como avaliar consensos e controvérsias existentes em um determinado tema (BRIZOLA; FANTIN, 2016). Ao reunir e analisar criticamente os estudos relevantes, a RSL proporciona uma síntese de evidências importantes sobre o tema em questão. Além disso, recomendações para investigações futuras podem ser propostas, direcionando pesquisadores e contribuindo para o avanço do conhecimento em determinado campo (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

O primeiro passo da RSL consistiu na formulação da pergunta de pesquisa, que tem o papel de orientar a direção do estudo, bem como a busca por literatura. Com base na pergunta, definimos como objetivo do estudo: Identificar quais questões e como estas têm sido abordadas, acerca da temática relacionada ao sistema tributário e desigualdade social.

Após essa etapa, foi utilizado o Portal de Periódicos da Capes, com acesso CAFe e selecionada a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) para a busca dos artigos que serão analisados. A escolha da Scielo como base de dados para esta revisão sistemática foi baseada em diversos fatores relevantes para o escopo e os objetivos do estudo. Um dos principais motivos para a escolha da Scielo é o fato de oferecer acesso a um grande número de periódicos científicos e acadêmicos da América Latina. Isso é especialmente relevante para este estudo, pois o foco está na região latino-americana. Além disso, uma base de dados é aberta, o que significa que a maioria dos artigos disponíveis na plataforma pode ser acessada gratuitamente. Isso é particularmente importante para promover a transparência e a acessibilidade da revisão sistemática, permitindo que outros pesquisadores e interessados tenham acesso aos mesmos estudos analisados.

Após escolha da base, foram selecionados os descritores ou palavras chaves, com base na fundamentação teórica e objetivo do estudo, definimos os termos e utilizamos o indexador booleano “and” para associação entre os termos estabelecidos: tributação and desigualdade; tributário and desigualdade; *taxes and inequality*. Importante ressaltar que foi considerado o horizonte temporal de 2018-2023 para as buscas que foram realizadas no portal e base mencionados entre os dias 3 de abril e 3 de julho de 2023.

Na busca com os termos "tributação and desigualdade", encontramos inicialmente 10 artigos. No entanto, identificamos a repetição de 1 documento, que foi eliminado, resultando em um total de 9 artigos para análise. Em seguida, realizamos uma segunda busca utilizando os termos "tributário and desigualdade", e encontramos 4 artigos. Dentre esses, observamos que 3 eram documentos repetitivos, selecionando apenas 1 artigo para o estudo. Na última busca, utilizamos os termos "*taxes and inequality*" e encontramos 18 artigos, dos quais excluimos 2 que estavam repetidos, excluimos também 5 artigos que após a leitura preliminar identificamos que não tratavam da temática da nossa pesquisa. Portanto, ao final dessa busca, temos um total de 11 artigos para análise. A tabela 1 mostra o total de artigos encontrados, excluídos e selecionados para cada descritor de busca.

Tabela 1. Relação de artigos encontrados.

DESCRITORES DE BUSCA	NÚMERO DE ARTIGOS		
	TOTAL	EXCLUÍDOS	SELECIONADOS
tributação and desigualdade	10	1	9
tributário and desigualdade	4	3	1

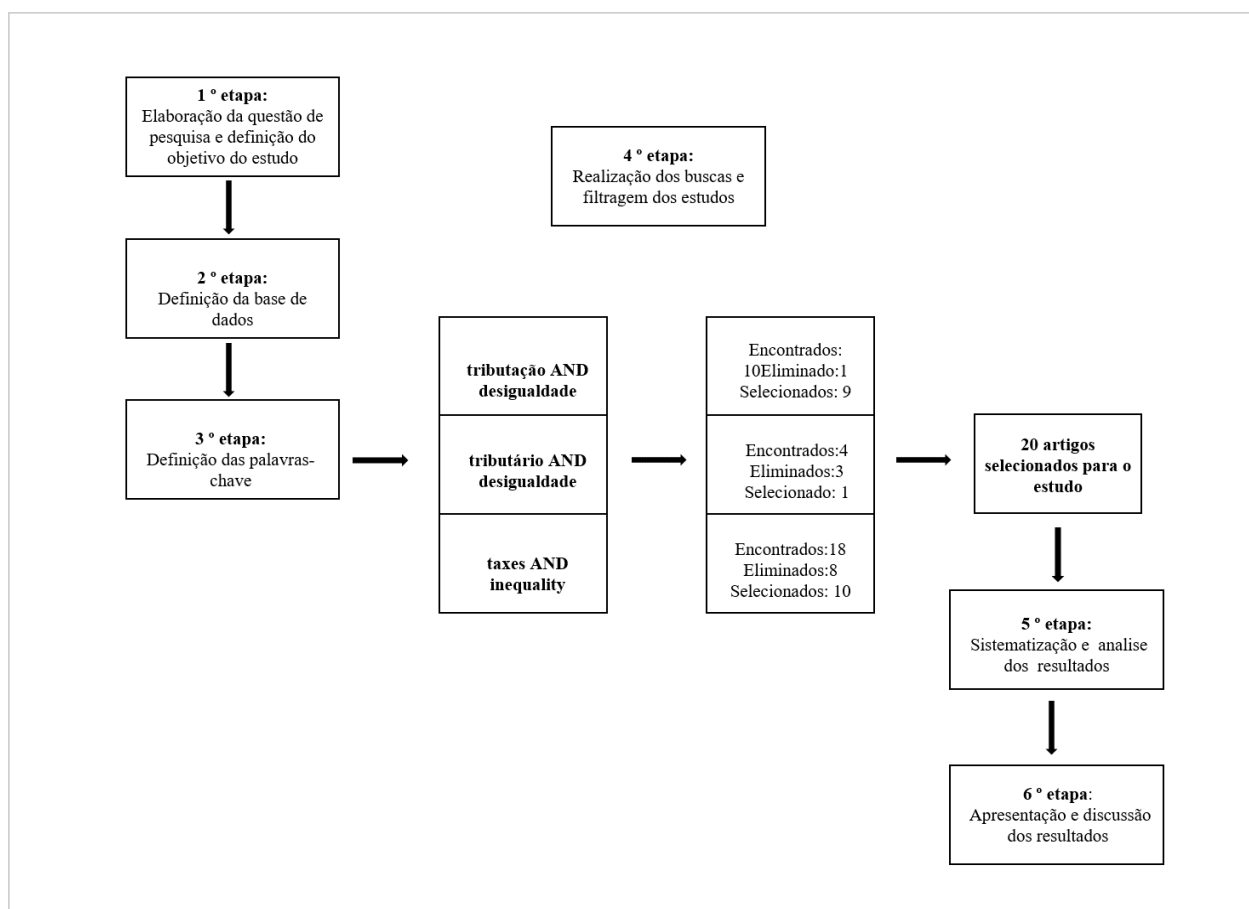
taxes and inequality	18	7	11
TOTAL	32	12	21

Fonte: Elaborado pelos autores

A etapa seguinte consistiu na análise dos artigos encontrados e selecionados, foi identificado e eliminado mais um artigo que não se adequou ao escopo deste trabalho, sendo assim, resultou-se em um total de 20 artigos de fato utilizados. Para facilitar a análise, após a leitura crítica dos documentos, foi elaborado o Quadro 1. de sistematização desses estudos, que será apresentado na sessão de resultado. Além disso, utilizamos o *software* MAXQDA, uma ferramenta que possibilita a análise de dados qualitativos. O MAXQDA possui recursos que facilitam a organização, codificação e análise dos dados extraídos dos estudos selecionados, permitindo a criação de categorias que é essencial para identificar padrões, tendências e relações entre os estudos, possibilitando uma análise mais aprofundada. (NODARI, 2014).

O último passo é dedicado à discussão dos resultados obtidos na etapa anterior da pesquisa. Nessa fase, os resultados são analisados, interpretados e contextualizados em relação ao objetivo e questão de pesquisa. Na Figura 1. ilustramos a metodologia utilizada nesta RSL. A figura representa visualmente as etapas e os principais procedimentos seguidos ao longo do processo de pesquisa.

Figura 1. Percurso metodológico da pesquisa.



Fonte: elaborado pelos autores

3. Resultados e discussão

A América Latina é a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2016) e a maior parte dos países latino americanos insiste em uma tributação regressiva que intensifica as desigualdades sociais existentes e o resultado da morosidade em concretizar reformas que alcancem a magnitude do problema leva a números surpreendentes de desigualdade patrimonial, ainda piores que os de renda, por exemplo no Brasil, onde no ano de 2021 os 50% mais pobres possuíam apenas 0,4% da riqueza nacional, enquanto os 1% mais ricos detém 48,7% (praticamente metade) e os 10% mais ricos possuem 80% do patrimônio privado do país (WORLD INEQUALITY LAB, 2021).

Com a alta inflacionária mundial dos últimos anos, provocada aparentemente pela pandemia de Covid-19 e pela guerra entre Rússia e Ucrânia, que ao que tudo indica, geraram desabastecimento de suprimentos, componentes e alimentos, e alta em commodities que influenciam o frete em toda cadeia de transportes, houve, junto deste súbito aumento inflacionário, um aumento geral da desigualdade social. Aumentando-se o número de pessoas em extrema pobreza de um lado e do outro o número de bilionários (VERSIGNASSI, 2022). Em consequência destes fatos, as políticas públicas voltadas para redução das desigualdades sociais com base em programas de redistribuição e reforma tributária se tornaram mais proeminentes e houve uma abertura de agenda para tais reformas no âmbito político, assim como no meio acadêmico de pesquisas científicas. Neste sentido se torna importante analisar e sistematizar os trabalhos relacionados ao sistema tributário e sua relação com a desigualdade social.

Com base no trabalho de Piccolo *et al.* (2021), a sistematização dos artigos selecionados foi feita destacando os seguintes elementos: título, autor, ano, país e revista de publicação. Também foram identificadas as áreas de pesquisa abordadas pelos estudos e os principais conteúdos-chave discutidos, que estão descritos nos Quadros 1 e 2. Essa abordagem proporciona uma visão clara e estruturada dos trabalhos analisados, permitindo uma melhor compreensão das temáticas abordadas e dos aspectos relevantes de cada estudo. No Quadro 1 estão os artigos selecionados para análise e seus respectivos autores.

Quadro 1. Artigos selecionados para análise.

Título	Autores
A crítica de Vaz Ferreira à herança: razões contra muita desigualdade no ponto de partida	Andrea Carriquiry
Abordagens metodológicas e empíricas de progressividade tributária: uma aplicação empírica para o México	Linda Irene Llamas Rembao; Luis Huesca Reynoso; Luis Gutierrez Flores
Decisões Fiscais, Crescimento Econômico e Desigualdade de Renda	Juan Marroquin-Arreola; Humberto Rios Bolívar
Desigualdade e sacrifício equitativo na tributação por decis familiares no México	Genaro Aguilar Gutiérrez
Estado, Desigualdade e Crescimento no Brasil	Arminio Fraga Neto
Estudo da progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física no México	Eduardo Ramirez Cedillo

Impostos sobre riqueza e desigualdade: uma análise de 26 países da OCDE (1995-2017)	Jesus Vaca Medina
Pobreza e desigualdade no Equador: modelo de microssimulação de benefício fiscal	Marcelo Varela
Política fiscal, pobreza e desigualdade: um modelo de microssimulação para a Colômbia	David Rodríguez-Guerrero
Reforma tributária abrangente com parâmetros da OCDE para a Colômbia	José Luis Luna Agudelo
Policy Drift em governos ideologicamente heterogêneos: política tributária na América Latina	Eduardo Lazzari
O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE	Celia Lessa Kerstenetzky, Graciele Pereira Guedes
Piketty e as desigualdades no capitalismo: colocando alguns pingos nos is na análise de “O capital no século XXI	Fabício Augusto de Oliveira
Tributação do capital: teoria e prática (e o caso brasileiro)	Sérgio Wulff Gobetti
Tributação da riqueza: princípios gerais, perspectivas internacionais e lições para o Brasil	Marc Morgan, Pedro Carvalho Junior
O Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil: Propostas e Simulações	Natassia Nascimento
Desigualdade urbana na tributação imobiliária. O caso da taxa geral de serviço de San Fernando	Luis Baer, Juan Pablo Del Río, Juan Ignacio Duarte, Carlos Alberto Basilio
Gastos sim, progressividade não: os entraves para a redistribuição no Brasil	Fernanda Cimini, Laura Rocha
Desigualdade de Renda e Demanda por Redistribuição Caminham Juntas na América Latina no Período 1997-2015	Yasmín Salazar Méndez, Fábio Domingues Waltenberg
Dando com uma mão e tirando com a outra. Giving with one hand and taking away with the other	Brito Santos Fernandes, Carlândia, Silva da Cunha, Marina, Roberto Vasconcelos, Marcos

Fonte: elaborado pelos autores

No Quadro 2 foram elaboradas algumas categorias analíticas e descritos os artigos que fazem parte de cada uma delas.

Quadro 2. Quadro analítico bibliométrico dos artigos selecionados

CATEGORIAS ANALÍTICAS	DESCRIÇÃO
Principal questão no abordada dentro da relação entre tributos e desigualdade	<p>Progressividade e Regressividade (Fernandes et al., 2019; Salazar e Waltenberg, 2018; Cimini e Rocha, 2023; Baer et al., 2019; Nascimento, 2021; Morgan et al., 2021; Gobetti, 2019; Kerstenetzky, 2018; Lazzari, 2022; Agudelo, 2021; Medina, 2023; Cedillo, 2021; Fraga, 2019; Gutierrez, 2022; Marroquin-Arreola, 2022; Llamas et al., 2020; Carriquiry, 2018).</p> <p>Política, Poder e Decisão na Distribuição e Redistribuição (Salazar e Waltenberg, 2018; Oliveira, 2021; Lazzari, 2022)</p> <p>Política Fiscal (Fernandes et al., 2019; Agudelo, 2021; Rodriguez-Guerrero, 2019; Varela, 2020; Medina, 2023; Marroquin-Arreola, 2022)</p>
Tipo de impostos mais abordados	<p>Imposto de renda (Fernandes et al., 2019; Gobetti, 2019; Varela, 2020; Cedillo, 2021; Gutierrez, 2022)</p> <p>Lucros e dividendos (Cimini e Rocha, 2023; Gobetti, 2019; Gutierrez, 2022)</p> <p>Heranças (Cimini e Rocha, 2023; Morgan et al., 2021; Gobetti, 2019; Oliveira, 2021; Medina, 2023; Carriquiry, 2018)</p> <p>Taxas de serviços públicos - luz, limpeza, coleta (Baer et al., 2019)</p> <p>Imposto sobre grandes fortunas (Nascimento, 2021; Morgan et al., 2021; Oliveira, 2021)</p> <p>Impostos sobre o consumo (Kerstenetzky, 2018; Varela, 2020; Rodriguez-Guerrero, 2019; Gutierrez, 2022;)</p> <p>Contribuições sociais (Rodriguez-Guerrero, 2019; Varela, 2020).</p>
Países onde as pesquisas foram desenvolvidas	Brasil (9) , México (5), Argentina (2), Colômbia (2), Uruguai (1), Equador (1).
Fonte da publicação	Estudos em Filosofia Prática e História das Ideias; Economia: teoria e prática; revista mexicana de economia e finanças; Economia, sociedade e território; Novos Estudos; Contabilidade e Administração; Análise Econômica; Cadernos Econômicos; Ensayos de Economía; Cuadernos de Administración; Revista de Administração

	Pública; Ciência & Saúde Coletiva; Economia e Sociedade (2); Brazilian Journal of Political Economy; Revista de Economia Contemporânea; Cuaderno Urbano; Revista de Economía Política; Revista de Ciências Sociais; Estudios económicos
Tipo de abordagem metodológica	Quantitativa, qualitativa e mista
Técnicas de pesquisa - Instrumentos de coleta de dados	Uso de base de dados estatísticos (Latinobarômetro, SWIID, Banco Mundial, DIRPF, OCDE Stat, PELA, CEBRAP), documentos, artigos, livros
Método ou técnica de análise	Modelo de microssimulação, regressão linear, e outros métodos estatísticos, revisão de literatura, análise com método comparativo

Fonte: elaborado pelos autores

A síntese dos resultados revela que grande parte dos trabalhos aponta para a necessidade de reforma tributária no Brasil e em vários outros países latino-americanos. Que o principal problema se revela na questão da regressividade do sistema que consiste em maior arrecadação tributária por meio de impostos indiretos do que impostos diretos. A predominância dos trabalhos quanto à área de pesquisa revela que a maior parte se encontra na área de economia, seguido por trabalhos na área de contabilidade e administração e ciências sociais.

A grande maioria dos trabalhos utilizou abordagem quantitativa, com a utilização de modelos econométricos e estatísticos para realização das análises, porém tivemos também trabalhos de abordagem mista e qualitativa.

Questões fiscais e de *trade-off* entre crescimento e gastos sociais, fizeram parte de uma quantidade menor de trabalhos, para justificar a carga tributária regressiva ou concentrada em impostos indiretos ou para demonstrar a necessidade de reformas que promovam a redução das desigualdades sociais.

Alguns trabalhos evidenciaram as questões relacionadas ao poder de classes dominantes, ideologias políticas e econômicas que interferem na manutenção ou reforma do sistema tributário e do fomento de políticas distributivas e redistributivas, necessidade de coalizão para governar e implementar políticas públicas no contexto latino-americano, estes trabalhos ainda são escassos e uma possível lacuna é a investigação destas questões por meio de uma abordagem qualitativa, podendo ser utilizadas técnicas e métodos de análise de conteúdo e análise do discurso, para uma análise mais aprofundada.

Algumas teorias foram abordadas nos trabalhos utilizados e podem servir de lente para outros trabalhos investigativos relacionados a mesma temática, como a Teoria da Tributação Ótima, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda e a Teoria do Sacrifício Equitativo.

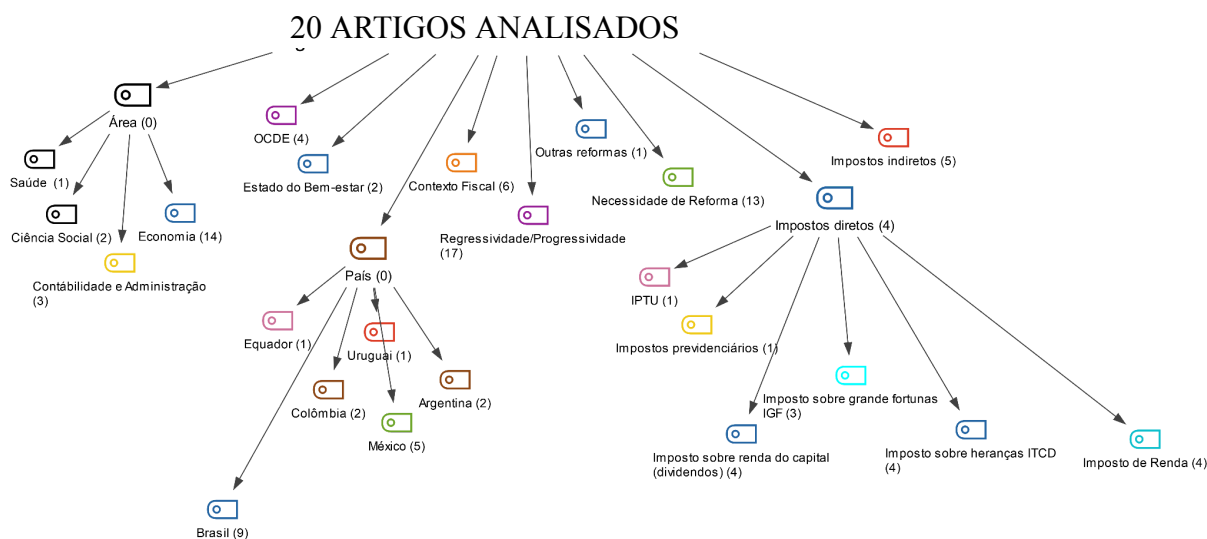
O artigo de Oliveira (2021) fez críticas ao livro “O Capital no século XXI” de Thomas Piketty e talvez mais importante que algumas críticas pontuais, trouxe observações importantes a serem levadas em consideração e outras visões dos fatos históricos que levaram ao quadro de desigualdade social existente.

Foram citados nos diversos artigos várias bases de dados que podem ser utilizadas para enriquecer futuras pesquisas, bases estas citadas no Quadro 1. A Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) é muito mencionada como parâmetro de comparação estatística.

É possível citar algumas lacunas ou sugestões de pesquisa, como por exemplo adaptar o estudo Baer et al. (2019) para algum município brasileiro e discutir sobre questões de progressividade e justiça social nas taxas de serviços como luz, limpeza, coleta de lixo entre outras. Uma lacuna de abordagem quantitativa seria estabelecer o quão progressivo o imposto de renda e imposto sobre lucros e dividendos deveria ser para que houvesse equilíbrio no sistema, mantendo a atual carga tributária elevada existente no consumo. E gerando este equilíbrio, qual seria o novo percentual de arrecadação tributária em relação ao PIB no Brasil, se assemelhando em algumas questões ao trabalho de LLamas *et al.* (2020) realizado no México.

Da análise dos dados dos 20 artigos, e com o uso dos *software* de análise de dados MAXQDA, foi criado um modelo de sistematização dos artigos selecionados (Figura 2.) que revela as principais questões tratadas, onde se evidencia a OCDE como base comparativa, os países com suas respectivas quantidades de produções encontradas nos termos da pesquisa. Também se observa o grande número de artigos que evidenciam a regressividade dos sistemas tributários e a necessidade de reforma tributária. Demonstra os principais impostos diretos que a produção científica latino americana cita como causa/solução para desigualdade social, sendo muito abordado a questão da progressividade nos impostos de renda e herança, a criação e progressão no imposto sobre grandes fortunas, o retorno do imposto sobre lucros e dividendos no caso brasileiro (que aboliu este imposto desde 1995). Além de às áreas mais comuns onde os trabalhos são desenvolvidos e publicados.

Figura 2. Modelo de sistematização com as categorias e suas frequências na análise.



Fonte: elaborado pelos autores com o uso do *software* MAXQDA

Com auxílio do *software* de análise de dados MAXQDA também foi montada uma nuvem de palavras (Figura 3.) que evidencia os principais termos citados nos 20 artigos analisados. A nuvem de palavras é uma representação visual da frequência e da importância das palavras em um contexto.

é feito sobre impostos sobre grandes fortunas e heranças. O estudioso do assunto Thomas Piketty (2014) menciona a tributação como um dos mais importantes elementos para possível redução da desigualdade.

A configuração do sistema tributário brasileiro avigora desigualdades, porque contribui para a concentração da renda nas mãos de poucos. Essa é a conclusão do relatório divulgado pela Oxfam que trata da desigualdade no Brasil e esclarece que, apesar de a carga tributária bruta girar em 33% do PIB, um nível similar ao dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ela é mal distribuída. Os 10% mais pobres no Brasil gastam 32% de sua renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos gastam apenas 21% (GEORGES, 2017).

A adoção de políticas fiscais e tributárias progressivas, como a taxação mais elevada das camadas mais ricas da população e a implementação de programas de redistribuição de renda, pode contribuir significativamente para reduzir a desigualdade social. Um sistema justo e progressivo pode contribuir para uma sociedade mais igualitária, garantindo que aqueles com maior capacidade contributiva assumam uma parcela justa do ônus fiscal e que os recursos sejam direcionados para políticas sociais que beneficiem a população mais vulnerável.

Fortalecendo esse argumento, diversos artigos têm abordado a questão da progressividade e regressividade no sistema tributário dos países latino-americanos. Na próxima seção, faremos uma apresentação das ideias dos autores discutidas nos artigos, a fim de fornecer um breve panorama das discussões presentes nos artigos.

3.2 Progressividade e Regressividade nos Sistemas Tributários: Principais questões dos estudos analisados.

Em relação à falta de progressividade no sistema tributário, os autores Fernandes *et al.*, 2019; Gobetti, 2019; Varela, 2020; Cedillo, 2021; Gutierrez, 2022 conduziram estudos sobre o imposto de renda e destacaram a ausência de uma estrutura tributária que seja proporcional aos níveis de renda. Eles argumentam que os contribuintes de alta renda não são tributados de forma suficientemente progressiva, o que resulta em uma carga tributária desigual.

No que diz respeito à regressividade dos sistemas tributários, os autores Cimini e Rocha, 2023; Morgan *et al.*, 2021; Gobetti, 2019; Oliveira, 2021; Medina, 2023; Carriquiry, 2018 sugeriram o aumento e a progressividade dos impostos sobre herança como uma medida para equilibrar a distribuição de riqueza. Eles apontam que, atualmente, esses impostos tendem a afetar proporcionalmente menos os indivíduos de maior patrimônio, contribuindo para a concentração de recursos nas mãos de poucos.

Cimini e Rocha, 2023; Gobetti, 2019; Gutierrez, 2022 argumentaram no sentido de tributar progressivamente os impostos sobre lucros e dividendos e no caso do Brasil, onde o imposto está abolido desde a década de 1990, os autores sugerem o retorno da cobrança deste imposto cuja sua inexistência permite que as rendas mais elevadas de uma classe dominante sejam isentas de tributação.

Como meio de atenuar as grandes desigualdades sociais, os autores Nascimento, 2021; Morgan *et al.*, 2021; Oliveira, 2021 propuseram a criação de impostos sobre grandes fortunas como uma forma de mitigar as desigualdades sociais. Eles argumentam que a tributação sobre fortunas substanciais pode contribuir para uma distribuição mais equitativa da riqueza e auxiliar no financiamento de programas sociais que beneficiem as camadas menos favorecidas da sociedade.

Por outro lado, Kerstenetzky, 2018; Varela, 2020; Rodriguez-Guerrero, 2019; Gutierrez, 2022, abordaram sobre a outra ponta do sistema tributário que é responsável pela regressividade do sistema, no caso o excesso de impostos e altas alíquotas concentrados em

impostos indiretos que incidem sobre o consumo e fazem com que os indivíduos de baixa renda que gastam toda ou grande parte da sua renda consumindo o básico para sobreviver, contribuam percentualmente mais que os indivíduos mais abastados que não precisam necessariamente gastar grande parte de sua renda para sobreviver.

4. Considerações finais

Conforme os estudos apontam, o sistema tributário adotado por um país pode ter um impacto significativo na desigualdade social. A forma como os impostos são estruturados e aplicados pode afetar a distribuição de renda e riqueza entre os diferentes estratos da sociedade (NASCIMENTO, 2021). Logo, podemos considerar que o sistema tributário desempenha um papel fundamental na luta contra a desigualdade social. Uma estrutura tributária progressiva, equitativa e bem administrada pode ajudar a redistribuir recursos de forma mais justa, proporcionando um cenário mais igualitário para todos os cidadãos da sociedade.

Porém, o presente estudo aponta com base na revisão de literatura, que os sistemas tributários dos países da América-latina possuem características regressivas e que por mais que a produção científica e dados de órgãos governamentais e outros, evidenciem que existe a necessidade de uma reforma tributária e que estudos demonstrem que um país mais igualitário é melhor para todos (WILKINSON e PICKETT, 2015), às tentativas de reformas se arrastam por décadas na América-latina. Os trabalhos também evidenciam que forças políticas e econômicas ligadas às classes dominantes retardam ou impedem as reformas, com sua grande influência política, mesmo no contexto democrático, e no contexto latino-americano de pluripartidarismo a questão da coalizão é de grande importância para conseguir implementar reformas estruturais.

Dessa forma, é necessário promover reformas que não apenas simplifiquem o sistema tributário, mas também o tornem mais justo, buscando simultaneamente a distribuição de renda e o bom funcionamento da economia. É importante considerar que, com maior renda, as famílias terão maior capacidade de consumo. As pessoas com rendas mais baixas têm uma propensão maior ao consumo, enquanto os detentores de grandes capitais tendem a ter uma maior propensão ao investimento. Portanto, uma reforma que reduza a concentração de renda permitirá que o Estado tenha mais recursos para investimento público e garantirá que as famílias tenham mais renda disponível para o consumo privado.

Assim, é evidente que o sistema tributário atual tem contribuído para a crescente concentração de renda e riqueza, agravando a situação de pobreza e miséria nos países latinos americanos. É fundamental adotar medidas para a progressividade dos impostos diretos para reverter esse cenário de injustiça. A progressividade dos impostos diretos deve ser suficiente para que o sistema, como um todo, se torne progressivo, por tanto deve possuir alíquotas, para as rendas elevadas, maiores que as alíquotas existentes nos impostos indiretos. Deve também abranger os vários tipos de rendas e riquezas existentes no sistema capitalista atual, como a renda advinda dos lucros e dividendos e deve também atingir todos os componentes dos patrimônios na transmissão de herança, como joias, obras de artes e outros itens onde a classe rica pode concentrar parte de seu patrimônio.

O sistema tributário deve ser visto como uma ferramenta poderosa do Estado para promover políticas efetivas de redistribuição de riquezas e aprimorar a justiça social nestes países. No caso da América-latina, devido ao seu acentuado índice de desigualdade social e do longo período em que o sistema tributário tem favorecido o aumento da desigualdade social, além da progressividade nos impostos diretos sobre renda e riqueza mais comuns, como imposto de renda, imposto sobre lucros e dividendos e imposto sobre heranças, a instituição e regulamentação do imposto sobre grandes fortunas seria mais que uma forma de amenizar as

desigualdades sociais, mas também uma forma de reparação histórica de décadas de sistemas tributários ineficientes e intensificadores da desigualdade social.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 05 jun. 2023.

BRASIL, **Senado Federal. Agência Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/27/senado-debate-quatro-propostas-de-imposto-sobre-grandes-fortunas>> Acesso em: 2 jul. 2023.

BRASIL, **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/noticias/978334-camara-aprova-reforma-tributaria-em-dois-turno-s-texto-vai-ao-senado#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20dos%20novos%20tributos](https://www.camara.leg.br/noticias/978334-camara-aprova-reforma-tributaria-em-dois-turno-s-texto-vai-ao-senado#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20dos%20novos%20tributos.)> Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL, **Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/978381-reforma-tributaria-altera-outros-impostos-estaduais-e-municipais-alem-de-icms-e-iss/>> Acesso em: 7 jul. 2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CEPAL. Tributação para o crescimento inclusivo. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL-ONU**, Santiago do Chile. Março de 2016. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/39949-tributacion-un-crecimiento-inclusivo>> Acesso em 1 jul. 2023.

COSTA. António Firmino da. Desigualdades globais. **Sociologia, Problemas e Práticas [Online]**, n.º 68, 2012, pp. 9-32. DOI: 10.7458/SPP201268691. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/650>. Acesso em 22 jun. 2023.

FANDIÑO, Pedro; KERSTENETZKY, Celia. (2019) “O paradoxo constitucional brasileiro: direitos sociais sob tributação regressiva”, **Brazilian Journal of Political Economy**, vol.39 no.2. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/RJR4jBLCdpDtBL88zDz3jhH/?lang=pt>> Acesso em 2 jun. 2023.

FELINTO, Francisco. **Impostos Diretos e Indiretos: qual a diferença entre eles?**. NFE-Blog, março/2023. Disponível em: <<https://nfe.io/blog/financeiro/impostos-diretos-e-indiretos/>> Acesso em: 14 jun. 2023.

FRAGA, A.. ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 613–634, set. 2019.

GEORGES, Rafael. **A Distância que nos Une – Um Retrato das desigualdades Brasileiras**. Relatório da Oxfam. 2017. p.44. Disponível em:

<<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>>
Acesso em: 10 abr. 2022.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação Do Capital No Brasil E No Mundo. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Texto para discussão - 2380 - Brasília: Ipea. 2018.

KITCHENHAM, Barbara. Procedures for performing systematic reviews. **Keele University, UK**. v. 33, n. 2004, p. 1-26. 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30ª Edição, Ed. Malheiros, p. 56. 2019

MAGEE, David J. **Systematic reviews (meta-analysis) and functional outcome measures** (apostila). Developmental Editor: B. Aindow, 1998.

MORGAN, Marc; CARVALHO JUNIOR, Pedro. Taxing wealth: general principles, international perspectives and lessons for Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**. Mar 2021, Volume 41. Nº 1. Páginas 44 - 64

NASCIMENTO, Natassia. O Imposto Sobre Grandes Fortunas No Brasil: Propostas E Simulações. **Revista de Economia Contemporânea**. 2021, Volume 25. Nº 3.

NODARI, Felipe et al. Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo. **ENANPAD 2014**, 2014, Brasil., 2014.

OLIVEIRA, Juliana Santos. Política tributária e seus impactos na desigualdade de renda no Brasil. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 145, p. 207-228, 2021.

PICCOLO, Daiane Marcela et al. User experience no contexto da inteligência artificial: uma revisão sistemática da literatura. **Informação & Informação**, v. 26, n. 3, p. 302-326, 2021.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. 1ª edição. Editora Intrínseca, 2014. p. 248-262 e 469.

SALES, D'Araújo P. J. (2022). Quando a desigualdade social encontra a ilusão fiscal: a regressividade cognitiva da matriz tributária brasileira. **Cadernos de Finanças Públicas**, 2022 (01), p.60. Disponível em: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2022.166>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SALLES, Arthur. Pandemia acelera problemas de desigualdade social no mundo todo. **Central de Notícias Uninter**. Publicado em out. 2021. Disponível em: <<https://www.uninter.com/noticias/pandemia-acelera-problemas-de-desigualdade-social-no-mundo-todo>> Acesso em 11 jul. 2023.

SILVA, Daisy Rafaela da; MOULIN, Darlan Alves. A tributação sobre o consumo e as desigualdades sociais no estado de crise socioeconômica. **Revista Direito UFMS**. Campo Grande, MS. V.3. n.1. p.211-232. Jan./jul. 2017.

Silveira, Fernando Gaiger; Palomo, Theo Ribas; Cornelio, Fernando Moraes; Tonon, Marcelo Resende. **Previdência e assistências sociais, auxílios laborais e tributos: características**

redistributivas do Estado brasileiro no século XXI (Working Paper nº 007). Made/USP. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2022/01/WP-Made-Impactos-redistributivos.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2022.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade São Paulo: Novos estudos. **CEBRAP**. Vol. 87 • Jul 2010. Tradução: Fernando Rugitsky

VERSIGNASSI, Alexandre. **Entenda a inflação global**. Você S/A - Abril. 2022. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/economia/entenda-a-inflacao-global/> Acesso em: 09 jun. 2022.

VERBI Software. **MAXQDA 2020** [computer software]. Berlin, Germany: VERBI Software, 2019. Disponível em: maxqda.com.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Crise econômica, austeridade fiscal e saúde : que lições podem ser aprendidas? **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Nota Técnica n. 26. Brasília, agosto de 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7266>> Acesso em: 02 jul. 2023.

WILKINSON, Richard G.; PICKETT, Kate. **O Nível: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

World Inequality Lab. **Escola de Economia de Paris**. Site criado em 2015-2017. Brazil - WID - World Inequality Database. Disponível em: <https://wid-world.translate.google.com/country/brazil/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc> Acesso em: 25 mai. 2023.